

## Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA CJR - 31/05/2022

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Mor.

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 10h40min (dez horas e quarenta minutos), na sala de reuniões da Câmara Municipal, realizou-se a *Reunião da Comissão Permanente de Justiça e Redação (CJR)*. Presentes os Vereadores membros, Pavão da Academia, Vice-Presidente, e Camilla Hellen, Secretária.

Aberta a reunião, a Comissão passou a deliberar sobre as seguintes matérias:

Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2022, que "Altera o § 1º do artigo 20 da Lei Orgânica do Município que trata da reeleição de membros da mesa da Câmara Municipal", de autoria dos Vereadores Altran, Beto Carvalho, Bruno Leite, João do Bar, Nelson Almeida, Paranhos, Professor Fio, Vítor Gabriel e Wal da Farmácia;

**Projeto de Lei nº 76/2022**, que "Dispõe sobre obrigatoriedade de inserção de mensagem na contracapa de carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, especificando os contribuintes que possuem direito à isenção e desconto no pagamento, e dá outras providências", de autoria da Vereadora Wal da Farmácia;

**Projeto de Lei nº 77/2022**, que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BANCO DO BRASIL S.A., e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo;

**Projeto de Lei nº 78/2022**, que "Dispõe sobre redução de multas e juros de mora incidentes sobre débitos de qualquer natureza devidos à Fazenda Municipal de Monte Mor, na forma e condições que especifica, e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo;

**Projeto de Lei nº 79/2022**, que "Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional Especial no valor de R\$ 12.729.155,94 no Orçamento Programa para 2022 e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo;

**Projeto de Lei nº 80/2022**, que "Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo na utilização de crédito adicional Especial no valor de R\$ 169.961,52 no Orçamento Programa para 2022 e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo;

Projeto de Lei nº 81/2022, que "Altera o art. 1º da Lei 1.827 de 03 de dezembro de 2013", de autoria do Vereador Vítor Gabriel;

Projeto de Lei nº 82/2022, que "Dispõe sobre a denominação da Praça 1 no Loteamento Chácaras São Francisco", de autoria do Vereador Altran;

RUA RAGE MALUF, 61 - MONTE MOR - SP - CEP 13190-027 - Fone/Fax: (19) 3889-2780 E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br



## Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA CJR - 31/05/2022

**Projeto de Lei nº 83/2022**, que "*Dispõe sobre a denominação da Praça 2 no Loteamento Chácaras São Francisco"*, de autoria do Vereador Altran;

**Projeto de Resolução nº 01/2022**, que "Dispõe sobre as regras de elaboração e apresentação da proposta de indicação enquanto espécie legislativa", de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal;

**Projeto de Resolução nº 02/2022**, que "Altera seção IV do Capítulo II e os artigos 166, 167 e 168 da Resolução 02 de 2012, para incluir Projetos de Consolidação no Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Mor", de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Discutiram-se as proposituras, chegando às seguintes conclusões:

De início, em relação ao Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2022, os membros Pavão da Academia e Camilla Hellen anuíram com o parecer jurídico e manifestaram-se favoravelmente à tramitação do projeto. Porém, uma vez que os autores da matéria não apresentaram emenda ao artigo 2º da proposição, conforme conversado em reuniões anteriores, a Comissão recomendará, em seu parecer, que se retire a palavra "proposta" do artigo em questão no momento da promulgação da emenda, caso esta seja aprovada.

Quanto ao PL nº 76/2022, os Vereadores Pavão da Academia e Camilla Hellen acompanharam o parecer jurídico e manifestaram-se desfavoravelmente à tramitação do projeto, visto que, conforme descrito em referido parecer, que, inclusive, cita Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada contra lei semelhante aprovada por outro município, o PL 76 impõe obrigações e cria despesas ao Poder Executivo, o que caracteriza vício de iniciativa.

Entretanto, antes de emitir seu parecer, os membros decidiram conversar com a Vereadora Wal da Farmácia, autora da proposição.

Referente ao PL nº 77 e Projetos de Resolução nºs 01 e 02/2022, a CJR está aguardando parecer jurídico acerca das proposições, conforme solicitado. Acerca do PL 77, a Comissão também decidiu conversar com o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a possibilidade de se convocar audiência pública para discussão da matéria.

No que diz respeito ao PL nº 78/2022, a CJR concordou com o parecer jurídico, manifestando-se favoravelmente à matéria. Quanto ao fato de o PL não estar acompanhado de impacto financeiro-orçamentário, conforme apontado pela Procuradoria Jurídica, o Vereador Pavão da Academia disse que recomendará em seu relatório que a Comissão de Finanças e Orçamentos verifique esta questão.

Concernente aos Projetos de Lei nºs 79 e 80/2022, a Comissão também acompanhou o parecer jurídico e emitirá parecer favorável às matérias devido às mesmas não conterem óbices legais ou



## Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

ATA CJR - 31/05/2022

constitucionais.

Sobre os PL's nos 81, 82 e 83/2022, os membros da CJR decidiram, primeiramente, tramitá-los para análise da Procuradoria Jurídica da Casa. Eles também irão solicitar ao Vereador Altran que apresente certidões mais recentes, considerando que as anexas aos PL's 82 e 83/2022, emitidas pelo Poder Executivo atestando que as referidas ruas ainda não possuem denominação, são do dia 31 (trinta e um) de março.

Sobre as relatorias, o Vereador Pavão da Academia designou-se relator dos Projetos de Lei nºs 82 e 83/2022, e nomeou a Vereadora Camilla Hellen relatora do PL nº 81/2022.

Em relação ao Projeto de Lei nº 74/2022, que estava em tramitação na CJR, a proposição foi retirada pelo autor.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente Ata que, lida e aprovada, segue devidamente assinada.

Pavão da Academia

Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Camilla Hellen

Secretária da Comissão de Justiça e Redação